
Relatório do Conselho Fiscal

1.º Semestre de 2018

1. Introdução

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais compete genericamente ao Conselho Fiscal fiscalizar a administração da Sociedade, cumprindo-lhe elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

De acordo com a alínea i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estão as empresas públicas obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A fiscalização da APL está cometida a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413º do CSC.

O relatório do Conselho Fiscal em apreço é, assim, o correspondente ao primeiro semestre de 2018, e foi emitido com base no documento "Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-junho 2018", apresentado ao Conselho Fiscal em 14-12-2018 bem como no respetivo Relatório do Revisor Oficial de Contas datado de 1-02-2019, remetido ao Conselho Fiscal em 20-02-2019, em anexo, constituindo parte integrante do presente documento, e ainda com base na análise das atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas neste período.

2. Análise da atividade desenvolvida e da execução orçamental

Uma vez que o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 não foi aprovado pela Assembleia Geral, as referências relativas aos dados respeitantes ao Orçamento e ao Plano de Investimentos, sustentam-se na proposta apresentada pelo Conselho de Administração aprovada na reunião de 7 de junho de 2018 e revista na reunião de 30 de agosto de 2018.

Por o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 ter sido objeto de uma revisão recente, o documento submetido pela APL aponta para os dados reais, relativamente aos valores orçamentados para o período em apreço. Neste sentido no relatório apresentado pela APL não é efetuada uma avaliação dos desvios face aos valores orçamentados, embora no balanço e na demonstração dos fluxos de caixa os valores orçamentados diverjam dos valores reais.

O Relatório do Revisor Oficial de Contas refere que o Balanço e a Demonstração de Resultados foram preparados de acordo com os registos contabilísticos da APL.

1
5
R

Da análise ao documento "Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-junho 2018", salientam-se os seguintes aspetos:

- No primeiro semestre de 2018 registou-se uma quebra no número de navios que escalaram o Porto de Lisboa, da ordem de 0,3%, face ao período homólogo, em resultado da redução dos navios de carga cujo número regista uma redução da ordem dos 3,1% face ao período homólogo. Nesse sentido o volume total de carga movimentada não alcançou os níveis registados no mesmo período do ano anterior, apresentando um decréscimo de cerca de 1,8%, resultante da contração de todos os segmentos de carga, à exceção dos graneis sólidos. Em sentido inverso, no que concerne aos navios de cruzeiros registou-se um acréscimo quer das escalas, quer do número de passageiros, relativamente ao período homólogo em cerca de 11,3% e 14,7% respetivamente;
- O EBITDA do período cifra-se em 10.916 milhares de euros, evidenciando um ligeiro crescimento face ao apurado no período homólogo, na ordem de 2,35% (+252 milhares de euros), salientando-se o desempenho da rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos" (+460 milhares de euros), para o qual contribuiu a imputação nas contas da APL dos bens das concessões, designadamente o edifício do novo terminal de cruzeiros e de uma grua do Terminal do Beato, e o aumento dos rendimentos de usos dominiais que observam uma recuperação (+161 milhares de euros);
- O Resultado Líquido apurado no fim do 1.º semestre de 2018 ascendeu a 3.351 milhares euros, refletindo uma variação positiva, na ordem de 16%, relativamente ao valor registado no período homólogo (+ 462 milhares de euros), explicada ainda pela redução dos encargos financeiros (-234 milhares de euros), justificada pela redução do passivo remunerado;
- O volume de negócios (constituído pelas receitas obtidas com prestação de serviços, rendas de usos dominiais e rendas e rendimentos de propriedades de investimento) ascende no final do período a 21.411 milhares de euros, refletindo um acréscimo de cerca de 8,9% face ao período homólogo (+1.747 milhares de euros). Este resultado deve-se sobretudo ao acréscimo das receitas respeitantes ao Regulamento de Tarifas (+1.128 milhares de euros), em resultado da estadia de navio arretado no Porto de Lisboa, com impacto na rubrica de Imparidades por Dívidas a Receber que observa um agravamento de 448% (+1.271 milhares de euros). Destaca-se ainda o crescimento verificado nas receitas com concessões de cerca de 4,5% (+ 343 milhares de euros);
- Quanto às principais rubricas de gastos operacionais, observa-se, relativamente ao período homólogo, um agravamento de 10,3% na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) (+246 milhares de euros) e de 0,7% nos Gastos com Pessoal (+57 milhares de euros);
- Concorreu para o agravamento dos FSE a rubrica "Dragagens de Manutenção" que regista um valor de 473 milhares de euros, quando no período homólogo esta rubrica apresentava

um valor nulo, bem como o desempenho das rubricas “Trabalhos Especializados” e “Reparação e Manutenção Diversa” que observam respetivamente um aumento de 38,5% (+66 milhares de euros) e 31,1% (+53 milhares de euros), em resultado designadamente de encargos com assessoria jurídica e prestação de serviços com a revisão oficial de contas com reporte a 2016, no que concerne à primeira, e da intervenção em pontões das docas de recreio, na envolvente das novas instalações do Ministério do Mar e nos edifícios Infante D. Henrique e Diogo Cão, no que respeita à segunda;

- No que toca à estrutura patrimonial verifica-se, relativamente ao período homólogo do ano anterior, uma redução do Ativo, de cerca de 2,1% (-7.682 milhares de euros) por contrapartida de uma redução do Passivo, em cerca de 7,8% (-11.940 milhares de euros) e de um reforço no Capital Próprio, em cerca de 2% (+4.258 milhares de euros), observando-se uma melhoria nos rácios de solvabilidade (Capital Próprio sobre o Passivo Total) e de autonomia financeira (Capital Próprio sobre o Ativo Total) que assumem, no final do primeiro semestre de 2018, respetivamente, cerca de 157% e 61%;
- O valor das despesas realizadas no período em apreço a título de Investimentos ascendeu a cerca de 670 milhares de euros, refletindo uma variação positiva de 144% face ao valor realizado no período homólogo do ano anterior. Até ao final do primeiro semestre regista-se uma taxa de execução de cerca de 4,8% do valor orçamentado do investimento para 2018.

No âmbito da atividade prosseguida pela APL no segundo trimestre de 2018, e da análise das Atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas no referido período, destacam-se as seguintes deliberações:

- Ata da reunião de 04.04.2018

Aprovação e assinatura do Contrato de Prestação de Serviços de Revisão Legal de Contas com Vítor Almeida & Associados SROC, Lda;

Aprovação das minutas de Adenda ao Contrato de Concessão de Serviço Público do Terminal de Cruzeiros de Lisboa e do Acordo relativo aos aspetos financeiros e prazo de execução da Gare Marítima Nova, tendo em atenção as anomalias associadas às fundações da Gare Marítima Nova bem como as alterações ao projeto de execução dos espaços exteriores solicitadas pela CML e promovidas pela APL, cujos encargos a assumir pela APL ascendem a 1.984.351,87 euros (a que acresce IVA).
- Ata da reunião de 12.04.2018

Aprovação do relatório final do concurso público “Empreitada de dragagens de manutenção de fundos nos acessos, bacias de manobra e estacionamento do porto de Lisboa” e adjudicação do contrato ao concorrente DRAVO, S.A., pelo preço de 599.865 euros, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

Aprovação do Relatório Anual de 2017 de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

- Ata da reunião de 27.04.2018

Aprovação de procedimento tendente à contratação de mais um piloto por forma a garantir a operacionalidade do serviço público de pilotagem, condicionada à autorização legalmente exigida;

Aprovação da adjudicação à PricewaterhouseCoopers de contrato de prestação de serviços jurídicos pelo montante de 19 500,00 euros (a que acresce IVA), para elaboração de resposta, no uso do direito de audição por escrito, no âmbito projeto de relatório da Inspeção Tributária ao ano de 2013, no qual se prevê correções à matéria tributável (IRC e IVA), atendendo a que a APL procedeu à dedução de IVA no referido ano no seguimento de parecer daquela consultora.

Aprovação da minuta de contrato promessa de compra e venda (CPCV) do prédio urbano, parcela de terreno com a área de 676,27m², sito na Rua da Manutenção, n.º 70, freguesia do Beato, no concelho de Lisboa pelo preço de 540.000 euros, na sequência de procedimento de venda por negociação.

- Ata da reunião de 24.05.2018

Aprovação do Relatório Final do concurso público, com publicidade internacional, para adjudicação do fornecimento de modernização dos VTS dos portos de Lisboa e de Setúbal e Sesimbra, com proposta de adjudicação ao concorrente Transas Marine Limited, pelos preços de 951.606,00 euros e de 405.394,00 euros, respetivamente.

- Ata da reunião de 7.06.2018

Aprovação do lançamento de Concurso Público para adjudicação da prestação de serviços de transporte de pilotos e pessoal auxiliar da Administração do Porto de Lisboa com preço base estimado de 300.000 euros.

Aprovação do Plano de Atividades, Orçamento e Plano de Investimentos 2018-2020

- Ata da reunião de 28.06.2018

Aprovação da outorga da escritura pública de compra e venda do prédio urbano sito na Rua da Manutenção, n.º 70, freguesia do Beato, no concelho de Lisboa pelo preço de 540.000 euros na sequência da assinatura do CPCV em 7 de maio de 2018, em conformidade com a deliberação de 27.04.2018;

Aprovação do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto do Terminal do Barreiro (2ª versão), bem como a instrução do respetivo processo de avaliação de Impacte Ambiental junto da APA.

3. Cumprimento das orientações legais

Relativamente ao cumprimento das disposições legais aplicáveis em 2018 ao Setor Empresarial do Estado, designadamente as fixadas no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (decreto de execução do Orçamento de Estado de 2018) e sem prejuízo de algumas das orientações serem de reporte anual, destaca-se o seguinte:

- O rácio dos gastos operacionais¹ sobre o volume de negócios registado no final do período (50,8%) apresenta-se inferior ao apurado no final do período homólogo (53,8%).
- Os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos com indemnizações por rescisão, apresentam-se superiores aos apurados no período homólogo em cerca de 0,7%, referindo a APL que tal decorre no essencial do desbloqueamento de acesso na carreira e diuturnidades com efeitos a partir de julho de 2016, na sequência do despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e da Ministra do Mar de 31 de março de 2016.
- O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custos e alojamento e os associados à frota automóvel observado no primeiro semestre de 2018 regista um crescimento, face ao apurado no período homólogo de 2017 de cerca de 4,2%, em resultado do crescimento dos gastos com deslocações e alojamento cujo valor reflete um crescimento de cerca de 49,7% face ao período homólogo. Esta variação deve-se essencialmente às deslocações internacionais salientando-se as realizadas no âmbito da promoção da atividade de cruzeiros e na participação de seminário relativo a segurança marítima.
- No final do período o número de veículos da APL ascende a 34 refletindo uma variação positiva de 3, face ao período homólogo, indicando a APL que este acréscimo se enquadra no processo de renovação da frota.
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do 1.º semestre de 2018 apurado pela APL ascende a 45 dias, apresentando-se inferior em 3 dias, face ao apurado no final do mesmo período do ano anterior.
- O passivo remunerado ascende no final do primeiro trimestre de 2018 a cerca de 66,1 milhões de euros refletindo uma redução de cerca de 17% e de 9% relativamente ao valor registado no final do período homólogo e no final do ano de 2017, respetivamente.

4. Conclusão

Sem prejuízo das limitações resultantes das situações anteriormente indicadas, designadamente da não aprovação pela Assembleia Geral do Plano de Atividades e Orçamento e Investimento para o triénio 2018-2020, considera o Conselho Fiscal que o “Relatório Trimestral de Execução

¹ Corrigidos dos encargos com indemnizações por rescisão.

Orçamental janeiro-junho 2018", da Administração do Porto de Lisboa, S.A., apresentado pelo seu Conselho de Administração, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada das variações ocorridas face ao período homólogo do ano anterior, não se verificando desvios relativamente aos valores orçamentados por terem sido considerados para este efeito os valores reais, embora no balanço e na demonstração dos fluxos de caixa os valores orçamentados diverjam dos valores reais.

Em, 20 de fevereiro de 2019.

O Conselho Fiscal



Cristina Maria Vieira de Sampaio



Maria Luisa Rilho

APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

RELATIVO AO 2º TRIMESTRE DE 2018

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro e alterados pelos Decreto-Lei n.º 334/2001, de 24 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março cumpre ao respetivo Conselho Fiscal elaborar e enviar trimestralmente aos respetivos órgãos tutelares *“um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados, as anomalias detetadas e os principais desvios em relação às previsões”*.

Por outro lado, o procedimento concursal que conduziu à nossa contratação como revisor oficial de contas contemplava como objeto do concurso, entre outras tarefas, *“a elaboração de relatórios trimestrais sobre o acompanhamento da atividade da empresa”*.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal solicitou-nos igualmente que procedêssemos à análise da informação constante do documento *“Relatório trimestral de Execução trimestral – janeiro a junho de 2018”* preparado pelo Conselho de Administração.

O presente relatório pretende dar cumprimento a todas estas vertentes.

Contudo, e dado que o relatório trimestral de responsabilidade do Conselho de Administração, relativo ao 2.º trimestre de 2018, apenas nos foi disponibilizado no passado dia 14 de dezembro, só a partir desta data foram criadas as condições para que possamos emitir o presente relatório relativo a este período. Por esta razão, e dado o período de tempo já decorrido, por referência ao período de reporte a que respeita, o mesmo terá uma natureza mais sucinta do que habitualmente sucede.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A nossa nomeação como revisor oficial de contas da APL ocorreu em 17 de janeiro de 2018, através de deliberação social unânime por escrito.

Após esta nomeação, e dado que ainda estava pendente a auditoria às contas de 2016, a prioridade dos nossos trabalhos foi orientada para a realização desta auditoria, que culminou com a emissão da respetiva Certificação Legal das Contas do ano de 2016, em 4 de maio de 2018. Emitimos igualmente, imediatamente antes desta certificação, o Relatório Adicional dirigido ao Conselho Fiscal, igualmente datado de 4 de maio.

Ainda no decurso do segundo trimestre, decorreu o processo de encerramento das contas relativas ao exercício de 2017, tendo-se iniciado igualmente o nosso trabalho de auditoria às contas deste exercício.

Adicionalmente, ao longo do trimestre em análise, desenvolvemos igualmente as seguintes tarefas:

- a) Reuniões regulares com o Conselho Fiscal, quer para dar conta do andamento dos trabalhos relativos às auditorias às contas de 2016 e de 2017, quer para abordar outros assuntos relacionados com a atividade da APL;
- b) Acompanhamento da gestão da APL, designadamente através da realização de contactos regulares com o seu Conselho de Administração, bem como com a responsável pela Direção Financeira;
- c) Na sequência da análise da informação de natureza contabilística, elaborada pelos Serviços da Empresa, solicitámos e obtivemos os esclarecimentos que considerámos relevantes;
- d) Respondemos às solicitações e pedidos de esclarecimento que nos foram formulados pelos Serviços da APL, no âmbito da nossa área de conhecimentos;

Em nossa opinião, o trabalho desenvolvido deu resposta às exigências contempladas, relativamente às responsabilidades e competências do Revisor Oficial de Contas.

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Balanço reportado a 30JUN2018, bem como a respetiva evolução face a 31MAR2018¹, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da APL.

A Demonstração de Resultados, igualmente elaborada a partir dos registos contabilísticos da APL, reportada a 30JUN2018, consta do Anexo 2 e engloba os dados relativos ao período homólogo de 2017, bem como a comparação face ao orçamento para o período em análise.

No que respeita à posição financeira da APL, destacamos a evolução favorável registada ao nível da sua situação financeira, refletida na conjugação de uma ligeira melhoria dos seus capitais próprios, que ascendem a 219.872.159 euros, ligeiramente acima (+1,1%) da posição registada no final do primeiro trimestre de 2018, e de uma redução do passivo total (-6,0%) permitindo assim reforçar a sua estrutura financeira, conforme se sistematiza:

Rubricas	30 JUN 2018	31 MAR 2018	31.DEZ.2018	VAR JUN18/MAR18	
				Valor	%
Ativo Líquido	360.087.921	368.571.031	368.730.844	-6.483.110	-1,8%
Capital próprio	219.872.159	217.437.413	216.995.341	2.434.746	1,1%
Passivo	140.215.763	149.133.818	151.735.503	-8.917.855	-6,0%
Indicadores					
Solvabilidade Total (Capital próprio/Passivo)	1,57	1,46	1,43	0,11	7,6%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo líquido)	0,61	0,59	0,59	0,02	2,9%
Dependência Financeira (Passivo/Ativo líquido)	0,39	0,41	0,41	-0,02	-4,3%

A redução ao nível do passivo, no montante de 8.917.855 euros, foi influenciada sobretudo pela redução da rubrica de Financiamentos Obtidos (5.437.220 euros) e de Outras Contas a Pagar (2.229.936 euros) apesar do ligeiro aumento da dívida a fornecedores (524.258 euros).

A evolução dos principais indicadores financeiros apresentados, corrobora o ligeiro reforço da posição financeira, já de si favorável, que é evidenciada pela APL.

¹ Salientamos que o Relatório apresentado pela entidade considera o período homólogo como o comparativo de referência. Contudo, para efeitos de apresentação de balanço, consideramos que a comparação com o fim do trimestre anterior imediatamente anterior ao de referência seria mais adequada.

Em termos de resultados, a APL apresenta, no final do trimestre em análise um resultado significativamente positivo de 3.351.436 euros, situando-se bastante acima do resultado orçamentado para o período², que ascendia a 2.173.935 euros, o que traduz um desempenho bastante mais favorável do que o orçamentado e também do que o registado no período homólogo de 2017 (+16,0%), conforme se sistematiza a evolução dos principais indicadores:

	Real	Orçamento	Real	VAR Orç		VAR Real	
	30 JUN 2018	30 JUN 2018	30 JUN 2017	Valor	%	Valor	%
Volume de negócios	21.410.877	22.857.953	19.863.474	-1.447.076	-6,3%	1.747.403	8,9%
Vendas e serviços prestados	15.135.948	16.283.881	13.608.529	-1.147.933	-7,0%	1.529.419	11,2%
Outros rendimentos	6.274.929	6.574.072	6.056.945	-299.143	-4,6%	217.984	3,6%
EBITDA	10.916.092	10.369.578	10.665.193	546.513	5,3%	250.899	2,4%
EBIT	4.326.454	3.928.513	4.062.720	397.940	10,1%	263.734	6,5%
Resultado Líquido do Período	3.351.436	2.173.935	2.888.991	1.177.501	54,2%	462.445	16,0%

Este comportamento mais favorável, face ao orçamento, foi influenciado, sobretudo, pelo melhor comportamento da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, com um gasto inferior ao orçamentado no montante de 861.765 euros (menos 24,7% face ao orçamentado), bem como com a rubrica de Gastos com o Pessoal, com um gasto inferior ao orçamentado no montante de 844.245 euros (menos 9,3% face ao orçamentado).

Deste modo, e não obstante o Volume de Negócios ter ficado aquém do valor orçamentado, o EBITDA e o próprio Resultado Líquido apresentaram-se mais favoráveis do que os valores orçamentados para estes agregados.

Comparativamente ao período homólogo de 2017, verifica-se um ligeiro aumento dos gastos com FSE e Pessoal (+10,3% e +0,7%, respetivamente) e ainda um significativo aumento de imparidades de dívidas a receber (+448,0%). Contudo, o seu impacto global foi praticamente neutralizado com o incremento de rendimentos registado nas vendas e serviços prestados no montante de 1.529.419 euros (+11,2%).

Em termos globais, destaca-se o esforço desenvolvido pelo Conselho de Administração, no sentido de conciliar o nível de atividade com o orçamento disponível, num contexto de contenção de encargos, sendo certo que a atividade desenvolvida pela APL, pela sua natureza, condicionantes e objetivos, depende essencialmente de

² Por simplificação considerámos seis duodécimos do valor anual do orçamento para 2018, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade. Note-se que o Conselho de Administração optou por apresentar valores reais na coluna de orçamento.

fatores externos muito associados à evolução da conjuntura económica, com particular destaque na movimentação de carga e de passageiros.

4. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da APL com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como da responsável pela área financeira.

Expressa-se igualmente o nosso agradecimento aos membros do Conselho Fiscal, pela proatividade evidenciada e pela colaboração que nos dispensaram ao longo do nosso trabalho.

Lisboa, 1 de fevereiro de 2019

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1 – Balanço

BALANÇO	30-JUN-18	31-MAR-18	31-DEZ-17	(valores em euros)	
				Var. JUN.18 / MAR.18	
				Valor	%
ATIVO NÃO CORRENTE					
Ativos fixos tangíveis	247.699.225	249.796.548	251.936.040	(2.097.324)	-0,8%
Propriedades de investimento	54.662.968	55.140.762	55.627.744	(477.794)	-0,9%
Ativos intangíveis	33.534.147	33.839.838	34.252.467	(305.692)	-0,9%
Outros ativos Financeiros	3.748	3.434	3.078	314	10,2%
	335.900.087	338.780.582	341.819.329	(2.880.496)	-0,8%
ATIVO CORRENTE					
Clientes	7.950.855	6.714.833	7.277.220	1.236.022	17,0%
Adiantamentos a fornecedores	1.651	1.651	1.651	-	0,0%
Estado e outros entes públicos	337.149	314.633	315.156	22.516	7,1%
Outras contas a receber	2.333.627	2.103.033	3.984.013	230.594	5,8%
Diferimentos	127.983	128.143	461.173	(160)	0,0%
Caixa e depósitos bancários	13.436.569	18.528.155	14.872.303	(5.091.586)	-34,2%
	24.187.835	27.790.449	26.911.515	(3.602.614)	-13,4%
TOTAL ATIVO	360.087.921	366.571.031	368.730.844	(6.483.110)	-1,8%
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital subscrito	60.000.000	60.000.000	60.000.000	-	0,0%
Reservas legais	4.848.866	4.848.866	4.407.870	-	0,0%
Outras reservas	81.390.208	81.390.208	80.120.431	-	0,0%
Resultados transilados	23.311.075	23.311.075	20.611.888	-	0,0%
Outras variações no capital próprio	46.970.575	47.174.139	47.445.193	(203.564)	-0,4%
Resultado líquido do período	3.351.436	713.126	4.409.959	2.638.310	59,8%
	219.872.159	217.437.413	216.995.341	2.434.746	1,1%
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Provisões	2.396.266	2.396.266	2.396.266	-	0,0%
Financiamentos obtidos	49.549.055	50.168.007	50.296.392	(618.951)	-1,2%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	8.244.891	8.381.522	8.516.481	(136.631)	-1,6%
Passivos por impostos diferidos	3.174.434	3.084.252	2.994.069	90.182	3,0%
Outras contas a pagar	10.573.275	10.573.275	10.573.275	-	0,0%
	73.937.921	74.603.322	74.776.483	(665.401)	-0,9%
PASSIVO CORRENTE					
Fornecedores	1.032.829	508.572	1.476.469	524.258	35,5%
Adiantamentos de clientes	995.537	1.064.831	1.040.428	(69.294)	-6,7%
Estado e outros entes públicos	1.597.750	1.494.008	1.438.377	103.742	7,2%
Financiamentos obtidos	16.551.264	21.369.533	22.319.533	(4.818.269)	-21,6%
Outras contas a pagar	4.346.212	6.576.148	6.886.167	(2.229.936)	-32,4%
Diferimentos	41.494.318	43.121.484	43.403.958	(1.627.166)	-3,7%
Passivos financeiros detidos para negociação	259.931	395.721	394.088	(135.789)	-34,5%
	66.277.842	74.530.296	76.959.020	(8.252.454)	-10,7%
TOTAL DO PASSIVO	140.215.763	149.133.618	151.735.503	(8.917.855)	-5,9%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	360.087.921	366.571.031	368.730.844	(6.483.110)	-1,8%

ANEXO 2 – Demonstração de Resultados

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	Real	Orçamento(*)	Real	Var Orç. JUN.18		Var. real JUN.18/JUN.17	
	30-JUN-18	30-JUN-18	30-JUN-17	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	15.135.948	16.283.881	13.606.529	(1.147.933)	-7,0%	1.529.419	11,2%
Fornecimentos e serviços externos	(2.625.809)	(3.487.574)	(2.379.884)	861.765	-24,7%	(245.924)	10,3%
Gastos com o pessoal	(8.253.686)	(9.097.931)	(8.196.362)	844.245	-9,3%	(57.325)	0,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(1.555.116)	(1.200.000)	(283.781)	(355.116)	29,6%	(1.271.335)	448,0%
Provisões (aumentos/reduções)	-	(60.000)	-	60.000	-100,0%	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	134.157	131.491	197.294	2.666	2,0%	(63.138)	-32,0%
Outros rendimentos e ganhos	8.872.281	9.017.888	8.412.203	(145.606)	-1,6%	460.079	5,5%
Outros gastos e perdas	(791.683)	(1.218.175)	(690.807)	426.492	-35,0%	(100.877)	14,6%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	10.916.092	10.369.578	10.665.193	546.513	5,3%	250.899	2,4%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	(6.589.638)	(6.441.065)	(6.602.473)	(148.573)	2,3%	12.835	-0,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4.326.454	3.928.513	4.062.720	397.940	10,1%	263.734	6,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	150	-	(150)	-100,0%	-	-
Juros e gastos similares suportados	(794.653)	(847.295)	(1.028.985)	52.642	-6,2%	234.332	-22,8%
Resultado antes de impostos	3.531.801	3.081.368	3.033.735	450.433	14,6%	498.066	16,4%
Imposto sobre o rendimento do período	(180.365)	(907.433)	(144.744)	727.069	-80,1%	(35.621)	24,6%
Resultado líquido do período	3.351.436	2.173.935	2.888.991	1.177.501	54,2%	462.445	16,0%

(*) Por simplificação considerámos 6 duodécimos do valor anual do orçamento para 2018, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade.

